

Notícias: junho a abril de 2012

Serviço Florestal divulga projetos classificados para apoio na Amazônia

15 propostas atenderam aos critérios de seleção das chamadas públicas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal para capacitação em manejo florestal e para fortalecimento de negócios florestais

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), selecionou 15 projetos de três chamadas públicas destinadas a fomentar atividades sustentáveis na Amazônia. Até R\$ 2 milhões serão utilizados para apoio.

Nessas chamadas públicas, os interessados apresentam suas demandas e, dessa forma, o SFB pode apoiar projetos voltados ao interesse da sociedade. Após essa fase, é feita uma licitação para escolher as entidades com capacidade técnica para prestar os serviços.

O maior número de projetos elegíveis – oito – foi apresentado para a chamada que vai beneficiar estudantes de nível médio e pós-médio de cursos profissionalizantes com capacitações sobre manejo florestal e boas práticas em manejo de produtos não madeireiros. Os projetos são de instituições de ensino técnico no Amazonas, Pará, Mato Grosso e Roraima.

Já a chamada pública voltada à capacitação de técnicos e extensionistas recebeu quatro projetos passíveis de apoio, enviados por entidades no Amazonas e Pará. Os temas abordados nos cursos serão os mesmos – manejo e boas práticas –, mas com características específicas para esse público.

Os outros três projetos que poderão ser beneficiados foram apresentados para a chamada sobre fortalecimento de negócios florestais na Amazônia, que vai oferecer capacitação e assistência técnica em gestão. Os temas são operações, sistemas de controle e auditoria, finanças e administração estratégica. Os projetos são de duas associações e uma cooperativa no Pará situadas em áreas sob influência das concessões florestais.

Os projetos serão atendidos segundo sua ordem de classificação, na medida dos recursos disponíveis. Estima-se que pelo menos 1.000 pessoas, entre estudantes, técnicos, extensionistas, cooperados e associados serão beneficiados.

Veja os projetos classificados:

Chamada Pública nº 05/2012 - Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal*

- 1 - Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará – EETEPA, Itaituba (PA)
- 2 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Lábrea, Lábrea (AM)
- 3 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal, Castanhal (PA)
- 4 - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, Manaus (AM)
- 5 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso – Campus Cáceres, Cáceres (MT)
- 6 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste, Manaus (AM)
- 7 - Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará – Monte Alegre, Monte Alegre (PA)
- 8 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Novo Paraíso, Caracaraí (RR)

** a instituição demandante também é a instituição beneficiária*

Chamada Pública nº 06/2012 - Capacitação de técnicos e extensionistas em Manejo Florestal*

- 1 - Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – INDESAM, Medicilândia (PA)
 - 2 - Fundação Orsa - Unidade Jarí, Almeirim (PA)
 - 3 - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas - IDAM, Manaus (AM)
 - 4 - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - IDESAM, Manaus (AM)
- * a instituição demandante também é a instituição beneficiária*

Chamada Pública nº 07/2012 - Capacitação e assistência técnica para o fortalecimento da gestão de negócios florestais

- 1 - Instituição demandante: Associação Virola Jatobá do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Anapu/PA, Anapu (PA)
Instituição beneficiária: Associação Virola Jatobá do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Anapu/PA, Anapu (PA)

2 - Instituição demandante: Cooperativa Mista da Flona Tapajós -COOMFLONA, Placas, Rurópolis, Belterra e Aveiro (PA)

Instituição beneficiária: Cooperativa Mista da Flona Tapajós -COOMFLONA, Placas, Rurópolis, Belterra e Aveiro (PA)

3 - Instituição demandante: Instituto de Estudos Integrados Cidadão da Amazônia - INEA

Instituição beneficiária: Associação Comunitária de Penedo e Região do Alto Tapajós – ASCOPERATA, Itaituba (PA)

Publicado: sexta-feira, 29 de junho de 2012, 11h45.

Inventário Florestal deve começar este ano em Sergipe

Serviço Florestal e governo estadual reuniram-se para tratar da implementação do IFN. Levantamento de campo trará informações sobre desertificação

O Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciativa coordenada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para conhecer a qualidade e quantidade dos recursos florestais do país, deve ajudar a monitorar a dinâmica da desertificação em Sergipe.

Pelo menos 177 pontos do estado terão sua vegetação mapeada por meio do IFN, sendo que uma parte maior deles deverá ser alocada em regiões suscetíveis à desertificação. O IFN será realizado em todo o país a cada cinco anos.

“O Inventário permitirá conhecer a dinâmica desses processos na região e auxiliar na formulação de políticas públicas orientadas a mitigar os efeitos da desertificação”, afirma o gerente de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto, que participou de reuniões com órgãos do governo estadual nos dias 25 e 26/6 sobre a implementação do IFN.

O Inventário Florestal envolverá a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh) – com quem o SFB já assinou um acordo de cooperação –, a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Coleta

A previsão é de que o trabalho de coleta de dados em campo tenha início no segundo semestre deste ano. O treinamento para as equipes que farão o levantamento no estado será realizado em uma unidade de conservação próxima a Aracaju.

Em cada um dos 177 pontos de amostragem, as equipes vão medir a altura e diâmetro das árvores, identificar as espécies, coletar material botânico, medir a biomassa, entre outros. A etapa de campo também prevê entrevistas com

moradores a até dois quilômetros de distância dos pontos amostrais, com o objetivo de conhecer a percepção da população sobre os recursos florestais.

O resultado desses trabalhos gerará uma base de dados que permitirá monitorar a situação dos recursos florestais em todo o país. Além de Sergipe, o Serviço Florestal também já assinou um acordo com o Ceará. Parcerias serão feitas com todos os estados da região nordeste.

Paraná

Um trabalho semelhante ao que será feito com os órgãos estaduais de Sergipe foi realizado com o governo do Paraná. Entre os dias 13 e 15 de junho, o SFB reuniu-se com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab), Herbário de Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Embrapa Florestas.

O estado também se prepara para começar os trabalhos de campo. A visita tratou de questões administrativas e técnicas prévias ao início dessa atividade, como a definição da metodologia para levantamento das florestas plantadas, meios para formalizar a parceria com o Herbário de Curitiba, e realização do controle de qualidade do levantamento em campo.

Além de Sergipe e Paraná, o SFB já firmou acordos com o Ceará, Rio de Janeiro e vem negociando novos acordos com Rio Grande do Sul e Bahia. O estado de Santa Catarina foi o primeiro a concluir o Inventário. O Distrito Federal é a segunda unidade da federação mais adiantada nos trabalhos. O levantamento de campo já foi encerrado e agora se caminha para a análise e divulgação dos dados.

Publicado: sexta-feira, 29 de junho de 2012, 11h44.

Pesquisadores e comunitários avaliam Plano de Manejo da Flona Saracá-Taquera

Encontro faz parte de um ciclo de discussões sobre a revisão do Plano de Manejo da Flona Saracá-Taquera, visando gerar instrumento de gestão mais preciso para a unidade de conservação



Pesquisadores e instituições governamentais atuantes na Floresta Nacional (Flona) Saracá-Taquerá estiveram reunidos no período de 13 a 15 de junho, em Santarém (PA) para subsidiar a tomada de decisões sobre a nova proposta de zoneamento da Unidade de Conservação. Promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Ecossis Soluções Ambientais o ciclo de oficinas visou também recomendar regras e diretrizes para cada zona e sugerir programas e projetos a serem implementados na região.

A segunda etapa de atividades aconteceu no município de Oriximiná, nos dias 18 a 20 de junho. A Oficina de Planejamento Participativo contou com a presença de comunitários residentes no território da Flona, Instituições Governamentais e não governamentais, empresas e movimento social atuantes na área.

De acordo com José Risonei, chefe da Flona Saracá-Taquera, a expectativa dos gestores locais é que o plano de manejo após revisão conte a realidade da unidade de conservação e sirva como um instrumento para a gestão da mesma.

As oficinas promovidas pelo Ministério do Meio Ambiente (ICMBio e SFB) e Ecossis consistem em um fórum onde diversos setores da sociedade participam ativamente da construção deste importante instrumento de gestão que é o plano de manejo da Flona Saracá-Taquera.

Fonte: Dannie Oliveira - Assessoria de Comunicação do Projeto BR-163

Publicado: terça-feira, 26 de junho de 2012, 11h47.

Seleção de Gerente Executivo de Planejamento Florestal - até 20/07/2012



O Serviço Florestal Brasileiro inicia o processo de seleção de Gerente Executivo de Planejamento Florestal.

Este sistema de escolha objetiva identificar nomes que atendam às expectativas e aos objetivos técnicos e administrativos estabelecidos pelo órgão para o exercício de cargo comissionado.

1. Objetivo do trabalho

Apoiar, participar e executar ações referentes à gestão de florestas públicas, ao planejamento florestal e à elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), bem como articular com os demais entes da Federação a adequação ao processo de concessão florestal, conforme política da região, obedecendo ao disposto nos arts. 10 e 11 da Lei 11.284, de 2 de março de 2006.

2. Contexto

A Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284/2006) prevê três modalidades de gestão das florestas para uso sustentável. Entre elas, prevê a Concessão Florestal, que é a delegação onerosa do direito de praticar o manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços em uma unidade de manejo, por meio de contratos de longo prazo obtidos por licitação.

O Serviço Florestal Brasileiro, nos termos do art. 3º, XIII, da Lei 11.284/2006, é o órgão competente para disciplinar e conduzir o processo de outorga da concessão florestal em âmbito federal.

Entre as etapas envolvidas nesse processo de outorga, está a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal, documento prévio que define quais as unidades de manejo serão passíveis de concessão florestal, considerando os critérios e estudos previstos nos arts. 10 e 11 da Lei 11.284/2006.

Essa competência é exercida, em âmbito interno, pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro com o apoio da Gerência Executiva de Planejamento Florestal, que operacionaliza o Plano Anual de Outorga Florestal, nos termos das decisões do referido Conselho.

Mais informações sobre os processos de concessão florestal podem ser obtidas no site www.florestal.gov.br.

3. Atividades

São atividades previstas para o Gerente Executivo de Planejamento:

- coordenar, supervisionar e executar ações referentes ao planejamento e à economia florestal;
- planejar, coordenar, supervisionar e executar as ações referentes à elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal;
- propor, coordenar, supervisionar e executar estudos e levantamentos e elaborar cenários, para suporte às ações de gestão florestal;
- trabalhar em estreita cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais diretamente relacionados à gestão de florestas públicas; e
- planejar, coordenar e participar de reuniões técnicas, consultas e audiências públicas referentes aos processos de gestão de florestas públicas.

4. Perfil desejado

O profissional a ser selecionado deve, preferencialmente, apresentar em seu *curriculum vitae* informações pessoais que caracterizem o seguinte perfil:

- profissional de nível superior, de preferência com pós-graduação, com 10 anos de experiência e atuação na área florestal;
- conhecimento e experiência na área de licitações e contratos;
- capacidade de comunicação oral e escrita, de liderança de equipes e de comunicação e articulação com atores do meio florestal;
- capacidade de comunicação em inglês ou espanhol;
- experiência administrativa relacionada à gestão de projetos ou instituições;
- disponibilidade para viagens.

5. Regime e local de trabalho

O candidato selecionado será nomeado para ocupar o cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior (DAS 101.4), para trabalho em regime de dedicação exclusiva à função, na sede do Serviço Florestal Brasileiro em Brasília/DF.

Candidatos que sejam servidores públicos federais devem observar o disposto na Lei 11.526, de 4 de outubro de 2007.

6. Supervisão dos trabalhos

O Gerente Executivo de Planejamento Florestal será supervisionado pela Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento do Serviço Florestal Brasileiro, à qual reportará suas ações.

7. Forma de participar

Os interessados deverão enviar cartas de inscrição até o **dia 20 de julho de 2012**, para o endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro, selecao@florestal.gov.br, acompanhadas de curriculum vitae e de um texto de até três páginas, descrevendo a sua visão sobre a importância do planejamento florestal na gestão sustentável das florestas públicas.

Após a análise dos documentos enviados, será realizada, pelo Conselho Diretor, em local, data e hora a serem previamente anunciados, uma entrevista oral (presencial ou por teleconferência) com os candidatos selecionados.

Publicado: terça-feira, 19 de junho de 2012, 11h52.

Capacitação de peritos da PF fortalece combate à madeira ilegal

Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Polícia Federal promoveram curso em parceria para profissionais de dez estados



O combate aos crimes que envolvem a extração ilegal de madeira será fortalecido com a capacitação realizada em parceria pelo Serviço Florestal Brasileiro, por meio do Laboratório de Produtos Florestais (LPF/SFB), e pela Academia Nacional de Polícia, ligada ao Departamento de Polícia Federal (DPF), para 16 peritos que atuam em dez estados do país, em todos os biomas.

“Esta é uma parceria importante, pois a Polícia Federal atua na área de crimes ambientais e muitos desses crimes envolvem a extração ilegal de madeira. Sabendo reconhecer as espécies, principalmente as que são protegidas, eles poderão desempenhar ainda melhor sua função”, afirma a pesquisadora do LPF Vera Coradin, instrutora do curso ao lado do pesquisador José Arlete Camargos, também do Laboratório.

Entre os dias 11 e 15 de junho, o grupo participou de aulas práticas para saber como identificar espécies de madeira. Para isso, contaram com mostruários de 80 espécies adquiridos pela PF em um projeto de pesquisa junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e com a Chave-Interativa Madeiras Comerciais do Brasil, desenvolvida pelo LPF/SFB. No curso, aprenderam a avaliar as madeiras por características como cor, cheiro, e disposição dos vasos e poros, observados com uma lente portátil de 10x de aumento.

O conhecimento em identificação de madeira foi usado pela PF, por exemplo, na Operação W2, que em maio deste ano apreendeu madeiras de jacarandá-da-bahia, originária da Mata Atlântica e proibida de corte, em oficinas de instrumentos musicais em Minas Gerais. A espécie integra a lista da Convenção Internacional da Flora e Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção (Cites).

Perícias

Existem, porém, diversas outras ocasiões em que esse conhecimento é demandado. Ao fazer o laudo de um corte ilegal ou queimada em terras da União,

os peritos avaliam que espécies foram extraídas para mensurar os danos ambientais. “Desmatar uma espécie ameaçada de extinção é um agravante do crime. Isso é importante dentro do processo penal, pois pode redundar em uma pena mais grave”, afirma o perito Fábio Moreira, lotado em Salvador (BA).

A identificação da madeira também é fundamental para comprovar fraudes em planos de manejo (PMFS). É o caso, por exemplo, de quando o detentor do PMFS derruba madeira de terras indígenas ou unidades de conservação para vendê-las como se fossem da área licenciada. “Nós buscamos associar as árvores abatidas com o local de extração para correlacionar o ato delitivo”, afirma o perito Marcelo Almeida, que trabalha em Vilhena (RO).

Laudos

Foram a criação das delegacias de apuração de crimes contra o meio ambiente e o patrimônio histórico, em 2003, e, principalmente, a deflagração da Operação Arco de Fogo – lançada em 2008 para coibir o desmatamento ilegal –, que aumentaram a demanda pelas perícias na área.

“O esforço de coerção desses crimes gerou um crescimento exponencial da demanda desse tipo de exame. Foi a partir daí que vimos a necessidade de capacitar nossos peritos para poder atender esse tipo de demanda”, afirma o organizador do curso pela Polícia Federal, Marcelo Garcia, lotado no Instituto de Criminalística, em Brasília (DF).

O perito Maurício Rossi, que integra o grupo de alunos do curso, é um dos profissionais que estará apto a contribuir com esse trabalho. “Podemos trabalhar em várias localidades do país, preponderantemente na Amazônia, quando tem a operação Arco de Fogo. A identificação de madeira serve tanto para nós, que estamos em Goiás, quanto no caso de sermos deslocados para a Amazônia”, diz.

A iniciativa do curso foi elogiada pelos participantes. “Para nós é muito importante esse compartilhamento de informações e de conhecimentos, fundamentais para o objetivo comum que é proteção do meio ambiente”, diz o perito Fábio Moreira.

Publicado: segunda-feira, 18 de junho de 2012, 11h54.

Fundos ambientais divulgam projetos classificados para a Caatinga

45 projetos atenderam aos critérios de seleção. Recursos de até R\$ 3 milhões serão usados para apoiar atividades sustentáveis no bioma



O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), geridos respectivamente pelo Serviço Florestal Brasileiro e pelo Ministério do Meio Ambiente, aprovaram 45 projetos que atendem aos critérios de seleção das chamadas públicas para uso sustentável dos recursos florestais na Caatinga.

Desse total, 27 projetos elegíveis para apoio referem-se à chamada pública destinada a prover assistência técnica e extensão rural para o manejo florestal em assentamentos; seis, para apoio à formação de estudantes de escolas técnicas no semiárido; seis, para a capacitação em manejo florestal para técnicos e extensionistas; e seis, para fomentar a eficiência energética nas empresas que fazem uso intensivo de produtos florestais da Caatinga como lenha e carvão.

Demanda

A avaliação e classificação dos projetos corresponde à primeira etapa de operação dos Fundos, que é de identificar a demanda para apoio a atividades sustentáveis na Caatinga. Os projetos elegíveis serão atendidos, segundo sua ordem de classificação, na medida dos recursos disponíveis, que são de até R\$ 3 milhões.

A próxima etapa consiste em realizar licitação para escolher as entidades com capacidade técnica para prestar os serviços. “O apoio do FNDF aos projetos segue duas etapas, uma para qualificar a demanda e escolher os beneficiários [chamadas Públicas] e outra para contratar as prestadoras de serviços e atender a demanda dos beneficiários [licitação]” informa o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero.

A expectativa é que sejam beneficiadas cerca de 500 famílias em assentamentos, 1.000 estudantes de escolas técnicas no semiárido que oferecem cursos nas áreas de ciências biológicas, agrárias e florestais, 200 extensionistas na Bahia, Ceará,

Pernambuco e Paraíba, além de produtores do segmento de cerâmica vermelha no Rio Grande do Norte.

Ao trabalhar o apoio ao manejo em várias frentes – a agricultores familiares para a produção sustentável de produtos florestais, a estudantes que se tornarão futuros profissionais, à capacitação de extensionistas e ao segmento industrial –, o SFB busca fomentar a economia de base florestal com geração de renda e conservação do bioma, único exclusivamente brasileiro.

“A manutenção das florestas da Caatinga e o combate a desertificação no semiárido terão maior êxito se associados a uma grande iniciativa de fazer uso econômico dessa riqueza florestal, trazendo renda ao produtor e oferta legal de matéria prima ao empresário”, comenta a Diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos.

Veja a [lista dos projetos](#). O resultado de cada chamada pública pode ser acessado ao abrir a aba correspondente.

Publicado: quinta-feira, 14 de junho de 2012, 11h56.

Setor florestal necessita de ambiente institucional favorável

Debatedores que participaram de painel sobre florestas promovido pelo MMA no Rio de Janeiro apontaram questão como um dos principais desafios para o fortalecimento da economia de base florestal



[O setor florestal requer um “endereço” e um ambiente institucional que promova o olhar integrado sobre a área e que seja capaz de criar ferramentas de gestão adequadas. Esta foi a tônica dos debates no painel Florestas do Século XXI, segundo evento do Ciclo de Debates Brasil Sustentável – O Caminho para Todos, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente, na segunda-feira, 11, no Rio de Janeiro.](#)

O primeiro diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro e consultor em Sustentabilidade, Tasso Azevedo, colocou que a ausência de um endereço

institucional para as florestas faz com que não se enxergue quem deve cuidar do quê, o que dificulta ver a economia florestal de forma integrada.

Segundo os debatedores, a existência de um ambiente institucional favorável e a integração de políticas aumentaria a sinergia entre as agendas do setor, que se inter-relacionam, como manejo de florestas nativas, plantios florestais, pagamentos por serviços ambientais, povos da floresta, florestas e agropecuária e pesquisa e desenvolvimento voltados para o setor.

Para o CEO da Amata – empresa que detém uma das áreas da primeira concessão florestal do país – Roberto Waack, é preciso caminhar com mais celeridade. “O Brasil está fazendo progressos importantes no marco ambiental, como a Lei de Gestão de Florestas Públicas e as concessões, mas é preciso avançar mais rápido. O ambiente atual é muito hostil”, afirma. Lembrou, ainda, que não é possível “se meter” com bioativos no Brasil, pois “as regras e o ambiente institucional não permitem ao empresário trabalhar”.

Incentivos

O debate também colocou a necessidade de fortalecer a economia florestal por meio da ampliação dos incentivos econômicos. O superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Virgílio Viana, citou, entre os desafios, “redução tributária, choque de competitividade para tornar a legalidade compensatória, de preferência, com certificação”.

Mas, além dos incentivos econômicos, é fundamental combater a madeira ilegal quando se pensa em estimular a produção sustentável de produtos madeireiros na Amazônia, afirmou Roberto Waack. “O convívio com a ilegalidade impossibilita o jogo. Não tem subsídio que consiga competir com 50% de diferença de preço do legal para o ilegal”, disse.

As discussões também puseram em pauta a necessidade de valorizar o uso de terras com vocação florestal, a restauração de florestas para aproveitamento econômico, governança, geração de conhecimento e a aproximação da política agrícola com a florestal. Outros pontos abordados foram o licenciamento ambiental de práticas florestais, demora na análise, complexidade e diversidade de procedimentos entre os estados.

A mesa de debates foi moderada pelo fundador e diretor da Amigos da Terra, Roberto Smeraldi, e contou ainda com a participação do diretor-presidente da STCP Engenharia, Ivan Tomaselli, e do professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) Ricardo Rodrigues, que enfatizou a importância da integração entre as políticas agrícolas e florestais.

Publicado: quarta-feira, 13 de junho de 2012, 12h00.

Projeto Florestabilidade é lançado no RJ

O projeto Florestabilidade: Educação para o manejo florestal foi lançado na quinta-feira, 14, no Espaço das Ideias Circulantes do Humanidade 2012, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). O projeto é uma parceria entre o Fundo Vale e a Fundação Roberto Marinho, com o apoio do Serviço Florestal Brasileiro. O Florestabilidade surgiu da necessidade de propagar importância econômica, social, educacional e ambiental do manejo florestal num país que possui a maior área contínua de florestas tropicais do mundo, a Amazônia.

No evento, foi apresentada uma amostra dos vídeos educativos que vão compor o projeto Florestabilidade, seguido de um talk-show mediado pela jornalista Amanda Pinheiro. Participaram o governador do Pará, Simão Jatene, o governador do Amazonas, Omar Aziz, o presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, o diretor-executivo do Fundo Vale, Ricardo Piquet e o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

O manejo florestal consiste em técnicas empregadas para o uso racional das florestas, sem prejudicar o ecossistema. Requer planejamento e capacitação por parte de quem executa as atividades. Por isso, o projeto Florestabilidade vai difundir não só as técnicas do manejo florestal, mas também valorizar os profissionais que trabalham no setor. O objetivo é despertar vocações para a gestão das florestas e disponibilizar materiais pedagógicos para professores do ensino básico e profissionais que prestam assistência técnica a comunidades da Amazônia.

A implementação do projeto será realizada em parceria com os governos dos estados do Pará, Amazonas e Acre e mobilizará 85 municípios, atingindo mais de 180 mil alunos, a partir do mês de agosto. O conteúdo dos materiais produzidos para o Florestabilidade foi desenvolvido por diversos especialistas e instituições dedicadas à temática, dentre eles: o Instituto Floresta Tropical (IFT), o Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia), o Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) e o IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil).

O material pedagógico é composto de 15 programas de vídeo, livro do professor, planos de aula, jogos e um website interativo que vai conectar os participantes do projeto com oportunidades de estudos e de trabalho em manejo florestal. Os programas também serão exibidos pelo Canal Futura no segundo semestre de 2012.

Sobre a Fundação Roberto Marinho

Com sua tradição, alcance e pioneirismo, a Fundação Roberto Marinho está presente em todas as regiões do país, da Amazônia à costa litorânea, valorizando a

cultura e a identidade nacionais. Criada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho, a instituição já formou mais de 5 milhões de brasileiros por meio do Telecurso – metodologia que une aulas presenciais e a distância e trabalha com a construção coletiva do conhecimento. Nesses 30 anos de atuação, trabalhando em quatro áreas principais – Meio Ambiente, Educação, Patrimônio e Televisão, por meio do Canal Futura –, a Fundação tem criado modelos e metodologias que são implementadas por meio de parcerias com agentes públicos e privados. O objetivo é criar matrizes que garantam a sustentabilidade dos programas e ajudem a transformar as pessoas em protagonistas de suas próprias vidas. Saiba mais em www frm.org.br

Sobre o Fundo Vale

O Fundo Vale foi criado pela Vale S.A. em 2009 para atuar em projetos de desenvolvimento sustentável. Como um fundo de cooperação, articula parcerias e participa diretamente da gestão dos projetos que apoia, visando a conservação dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida das populações. Até o final de 2012 o Fundo Vale terá destinado cerca de R\$ 41 milhões em 22 projetos na Amazônia, com foco no combate ao desmatamento e geração de alternativas econômicas para a região. Trata-se de uma ação pioneira que permite estender as boas práticas em gestão do setor empresarial para o desenvolvimento sustentável, deixando um legado para as próximas gerações. Saiba mais em www.fundovale.org.

Publicado: quarta-feira, 13 de junho de 2012, 11h59.

Oficina fortalece a inserção da produção da agricultura familiar da BR-163 nas políticas governamentais

Evento reuniu 26 participantes em Itaituba, no oeste do Pará



[Lideranças comunitárias da região da BR-163 e Transamazônica, no Pará, representantes de instituições governamentais e da sociedade civil participaram de uma oficina em Itaituba \(PA\) dos dias 22 a 24/05 sobre Políticas Públicas de Apoio](#)

à Agricultura Familiar organizada por órgãos federais ligados ao Ministério do Meio Ambiente – o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – e aos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Na oficina foram abordados os temas referentes à Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O principal objetivo das Políticas/Programas é incentivar a agricultura familiar, promover ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários e extrativistas a pessoas em situação de risco alimentar e à formação de estoques estratégicos, contribuir para a inclusão social e promover a cidadania.

“As comunidades da região extraem, entre outros produtos, açaí, castanha e borracha, e podem ser beneficiados por essas políticas e programas”, afirma o chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal da BR-163 do SFB, Fernando Ludke. O Serviço Florestal apoia comunidades do assentamento Terra Nossa, e do entorno das florestas nacionais do Trairão e Itaituba I e II e da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, que trabalham, entre outros, com o extrativismo de produtos não madeireiros.

Experiências

Os participantes puderam conhecer as experiências dos extrativistas da Resex Tapajós Arapiuns, que trabalham com venda da borracha, e também do município de Novo Progresso (PA), que conseguiu inserir na alimentação escolar do município os produtos oriundos da agricultura familiar através do PAA.

Durante a capacitação os participantes desenvolveram diversos trabalhos em grupo e conseguiram simular a elaboração de uma proposta no PAAnet para compra via Conab com doação simultânea – CPR Doação. O grupo conseguiu identificar organizações nos seus municípios que poderão ser beneficiárias e acessar o Programa de Aquisição de Alimentos. Alguns participantes se comprometeram em reunir e discutir com suas organizações uma estratégia para acessar essas políticas de apoio à agricultura familiar e a promoção dos produtos da sociobiodiversidade.

Acesso às políticas e programas

A oficina foi mais um passo dentro do planejamento estratégico do ICMBio e parceiros, na busca da implementação dessas políticas públicas junto aos agricultores familiares e extrativistas. Ainda estão previstas outras oficinas como esta nos municípios de Altamira, Porto Trombetas e Santarém. Ao término desse ciclo de divulgação dessas políticas públicas de apoio a agricultura familiar e extrativismo, será realizado evento de avaliação dos resultados alcançados.

Segundo a analista ambiental do ICMBio Maria Jociléia, “essas políticas de apoio a agricultura familiar e ao extrativismo já existem há algum tempo, no entanto, poucas pessoas têm acesso a elas na nossa região, devido principalmente a falta de informações, e essa oficina vem sanar esse ponto crítico divulgando essas políticas e programas aos agricultores, principal público-alvo, e ensiná-los ao caminho de como acessá-las”. Ainda segundo Jocileia “a participação dos grupos que representam a base dos agricultores familiares foi excelente, todos ficaram bastante animados com a possibilidade de incremento de renda familiar, comercializando produtos através das políticas e programas operacionalizados pela Conab, MDA e MDS”.

Para realização da oficina contou-se com o apoio do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD/BRA/08/023 – Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Socioambiental e do Projeto BR-163/FAO: Floresta, Desenvolvimento e Participação.

Com informações da Ascom do Projeto BR-163

Publicado: quarta-feira, 13 de junho de 2012, 11h58.

Serviço Florestal fará modelagem econômica de editais de concessão

Objetivo é equilibrar atratividade econômica com a geração de benefícios sociais e ambientais

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o braço corporativo do Banco Mundial, o *International Finance Corporation* (IFC), assinaram contrato para o desenvolvimento de estudos que visam estabelecer um novo método de modelagem econômica para as concessões florestais federais.

Segundo o gerente de Concessões do SFB, Marcelo Arguelles, a contratação do IFC vai permitir incorporar os aprendizados e as melhores práticas mundiais desenvolvidas por diversos setores econômicos em diferentes países para a modelagem do processo de concessão florestal no Brasil.

“Nosso objetivo é trabalhar os editais de concessão em uma visão de empreendimento e investimento, que equilibre atratividade econômica com a geração de benefícios sociais e ambientais”, afirma. Este modelo será desenvolvido e testado para as Florestas Nacionais Itaituba I e II, no oeste do Pará.

Custos

O IFC vai levantar os principais aspectos econômicos envolvidos no manejo florestal, entre eles, a estrutura de custos fixos e variáveis de todas as etapas e operações dessa atividade, inclusive os rendimentos operacionais das atividades

de campo, a capacidade produtiva dos bens de capital, o impacto da escala de produção nos indicadores de resultados econômicos e os aspectos relativos ao processamento industrial da madeira.

Também serão levantados os custos associados ao cumprimento das obrigações contratuais para o alcance e manutenção da qualidade socioambiental das operações florestais nas concessões. Os estudos a serem realizados vão abranger, ainda, uma avaliação sobre os instrumentos editalícios e contratuais, com a incorporação de soluções que ampliem a atratividade econômica e os ganhos socioambientais do processo.

Modelo

O resultado do trabalho irá gerar uma estrutura de editais de concessão florestal que seja aplicável em florestas públicas localizadas na Amazônia, com a possibilidade de aproveitamento pelos gestores de florestas públicas estaduais na região.

“Com este modelo de concessão, o SFB e o IFC pretendem alavancar um novo fluxo de investimentos no setor florestal regional, tornando a atividade de manejo florestal mais atrativa e segura, e fortalecendo uma economia de base florestal sustentável na região”, afirma Arguelles.

Publicado: segunda-feira, 11 de junho de 2012, 12h10.

Encontro de países megaflorestais debate transições no setor

Serviço Florestal Brasileiro e Instituto Estadual de Florestas do Amapá participam do encontro, que será realizado dos dias 4 a 8 de junho no Canadá

Representantes de 11 países entre aqueles que têm as maiores áreas de floresta do mundo reúnem-se entre segunda e sexta-feira, 4 a 8/06, em Whistler, no Canadá, para o encontro Megaflorestais. O Brasil, que ocupa a segunda posição no ranking das nações com mais florestas, com 516 milhões de hectares, contará com integrantes do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Estadual de Florestas (IEF) do Amapá, estado que tem cerca de 97% de seu território com cobertura florestal.

Este ano, encontro terá a participação de entidades florestais de Camarões, Canadá, China, República Democrática do Congo, Indonésia, Libéria, México, Peru, Sudão do Sul e Estados Unidos - que juntos têm cerca de 1,7 bilhão de hectares de cobertura florestal -, além de especialistas de entidades internacionais ligadas ao tema.

O painel que abre o evento, na segunda-feira, vai tratar das mudanças enfrentadas pelas instituições florestais na última década, desafios atuais e mudanças previstas para os próximos anos. Os debates prosseguem nos demais dias com os temas como indústrias florestais em transição, repensando regulamentos florestais e impactos das reformas sobre posse da terra e de governança para as agências florestais.

Segundo o gerente executivo de Informações Florestais do SFB, Daniel Piotto, que representará o SFB no Megaflorestais, o encontro traz um ambiente propício à discussão de desafios comuns. “É um excelente fórum, uma vez que promove a troca de experiências entre países e facilita a construção de uma agenda global para a questão florestal”, afirma.

Para ampliar o diálogo entre os participantes, o Megaflorestais usa as regras da entidade britânica Chatlam House, em que os participantes são livres para usar a informação recebida, mas não podem atribui-la a nenhum convidado em específico, com o objetivo de levar a uma discussão técnica, informal e mais aberta.

“Acredito que através de um diálogo franco e troca de informações entre diferentes países participantes será possível avançar em questões fundamentais para conciliação de uma agenda de desenvolvimento pautada numa boa gestão dos recursos florestais” complementa Piotto.

O encontro é realizado desde 2005, e há quatro anos, ocorreu no Brasil, em Brasília (DF) e Manaus (AM).

Publicado: segunda-feira, 04 de junho de 2012, 12h11.

Comissão de Gestão de Florestas Públicas debate fomento do setor

Primeira reunião do ano trouxe para a pauta a necessidade de mais incentivos econômicos para a atividade florestal sustentável

Os debates sobre a necessidade de uma estratégia de fomento para o setor florestal devem ganhar mais espaço na Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), organizada pelo Serviço Florestal Brasileiro, que reuniu-se na quarta-feira, 30, em Brasília (DF).

Os integrantes da Comissão conheceram os resultados de uma oficina sobre fomento florestal realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) em abril com cerca de 50 representantes do governo, iniciativa privada e sociedade civil que identificou, como principal anseio, a criação de uma política florestal estruturada.

“Queremos convidar os membros da Comissão para uma discussão mais forte sobre o fomento florestal e sobre os instrumentos econômicos para trabalhar a floresta em pé, como tivemos com o Fiset [Fundo de Investimento Setorial - Reflorestamento] e o Probor [Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural]. O manejo florestal precisa ser desonerado”, afirmou o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Antônio Carlos Hummel.

Entre outras metas apontadas pelo relatório da oficina estão a criação de incentivos fiscais e econômicos para atividades florestais, ampliação das iniciativas de assistência técnica e extensão rural para florestas e a estruturação de cadeias produtivas a fim de aumentar sua competitividade. O trabalho partiu de um diagnóstico sobre os principais desafios do setor, e da avaliação das oportunidades e ameaças.

As metas surgidas na oficina poderão funcionar como ponto de partida para debates mais aprofundados com atores capazes de fortalecer esse processo. A CGFLOP constitui-se um dos fóruns mais importantes por ser composta de representantes de diferentes segmentos. Entre seus 24 integrantes estão membros de 7 ministérios, órgãos federais, academia, setor privado, entidades de classe e movimentos sociais.

Concessões

Além do estudo sobre fomento florestal, a pauta da reunião trouxe os mecanismos adotados pelo SFB para ampliar a atratividade econômica das concessões florestais, já vigentes nos dois editais abertos até 26 de julho para o manejo de 200 mil hectares nas Floresta Nacionais (flona) de Jacundá (RO) e Saracá-Taquera (PA).

O representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), Onilson Costa, que trabalha no Departamento de Licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rondônia, acredita que, quando implantada, a concessão na Flona de Jacundá trará benefícios semelhantes aos ocorridos na Flona do Jamari (RO), primeira concessão florestal federal.

Segundo Costa, a concessão inibiu ilícios contra o meio ambiente e a pessoa, trouxe postos de trabalho que respeitam os direitos dos empregados e consegue produzir com a conservação da floresta. “Quando você começa a ter conhecimento e vivencia os efeitos positivos com a concessão, vê que talvez seja a única saída para manutenção do meio ambiente”, afirma.

Inventário

Entre os outros temas abordados na reunião esteve um informe sobre o andamento do Inventário Florestal Nacional, coordenado pelo SFB. Com o desafio de inventariar todo o país em relação a suas florestas em ciclos de cinco anos, ainda

em 2012 espera-se ter início o levantamento de campo dos recursos florestais em pelo menos quatro estados, Paraná, Ceará, Sergipe e Rio de Janeiro.

A CGFLOP reúne-se ordinariamente pelo menos duas vezes e, extraordinariamente, sempre que convocada. Sua função é assessorar, avaliar e propor diretrizes para gestão de florestas públicas brasileiras. Este foi o primeiro encontro de 2012.

Publicado: sexta-feira, 01 de junho de 2012, 12h14.

Prorrogado até 17 de junho prazo para envio de projetos de fomento florestal na Amazônia

Serão destinados R\$ 2 milhões para capacitação profissional de estudantes e de extensionistas em manejo florestal e para o fortalecimento da gestão de negócios florestais

Foi adiado para 17 de junho o prazo para envio de projetos de fomento florestal na Amazônia a serem apoiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo, está selecionando projetos que promovam a capacitação em manejo florestal de estudantes de nível técnico e de extensionistas e aprimorem a gestão de negócios de pequenas empresas, cooperativas e associações comunitárias do setor florestal na Amazônia. Cerca de R\$2 milhões serão destinados para as iniciativas, a serem selecionadas a partir de [três chamadas públicas](#).

Até o dia 17 de junho, organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos podem inscrever os projetos, que devem apresentar os beneficiários das ações, ou seja, as escolas técnicas profissionalizantes, os técnicos ou extensionistas rurais e as empresas, cooperativas ou associações a serem atendidas. Em julho serão anunciados os projetos selecionados. Em seguida, ocorrerá a licitação para contratar as instituições que executarão os serviços demandados nas chamadas.

Os projetos serão implementados na Amazônia Brasileira, prioritariamente, nas regiões de influência das concessões florestais nos estados de Rondônia, Pará e Acre.

Acesse [aqui](#) as chamadas.

Mais informações:

fndf@florestal.gov.br

(61) 2028- 7263

Publicado: sexta-feira, 01 de junho de 2012, 12h12.

SFB amplia em 45 dias prazo para editais de concessão florestal

26 de julho é a data limite para entregar documentos de habilitação, proposta técnica e proposta de preço para editais na Flona Saracá-Taquera (PA) e de Jacundá (RO)

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) ampliou em 45 dias o prazo de recebimento das propostas para os editais de concessão nas Florestas Nacionais (flonas) Saracá-Taquera, no Pará, e de Jacundá, em Rondônia. Com a mudança, a data limite para apresentar os documentos passou para 26 de julho.

Serão concedidos cerca de 200 mil hectares para o manejo florestal, sendo 86 mil hectares na Flona Saracá-Taquera e 112 mil hectares na Flona de Jacundá. Cada lote de concessão está subdividido em unidades de diferentes tamanhos a fim de atender empreendedores de pequeno e médio a grande porte.

Nos dois editais, os candidatos vão encontrar condições que aumentam a atratividade econômica das concessões. Uma delas é a adoção de um preço único pelo metro cúbico da madeira independentemente da espécie que será extraída.

O valor mínimo que o interessado pode ofertar pelo metro cúbico na proposta de preço é R\$ 56,94 no edital para a Flona de Jacundá, e de R\$ 53,27 para o da Flona Saracá-Taquera. Ambos foram calculados em função da logística de transporte da madeira até os polos de processamento mais próximos.

O preço ofertado terá relação direta com o Valor Mínimo Anual (VMA), montante que deve ser pago ao SFB pela extração da madeira e foi alinhado aos períodos produtivos das empresas concessionárias. Quem vencer a licitação, deposita 5% do VMA no primeiro ano de atividade florestal, 15% no segundo ano, e 30% no terceiro ano.

Para desonrar o empreendimento nos primeiros anos da atividade produtiva, quando os custos são mais altos, o SFB também trouxe novidades no pagamento da garantia contratual. Antes efetuada em um único momento, agora a garantia pode ser prestada em três fases: 30% antes da assinatura do contrato, 30% após a homologação do plano de manejo e 40% após a aprovação do segundo plano operativo anual.

Os editais e todos os seus anexos podem ser consultados no [site](#) do SFB.

As concessões são um instrumento surgido com a Lei 11.284/06 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) que permite conceder áreas de floresta pública para pessoas jurídicas de diferentes portes com o objetivo de fomentar a produção de madeira legal e sustentável e, também, combater o desmatamento e a grilagem de terras.

Publicado: quarta-feira, 30 de maio de 2012, 12h15.

Serviço Florestal capacita produtores de mudas de espécies da Mata Atlântica

Primeiro treinamento realizado pelo SFB na Mata Atlântica beneficiará cinco viveiros da Bahia, Paraíba e Pernambuco contemplados com o apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Contribuir para a restauração da Mata Atlântica – bioma que mantém somente 22% de sua cobertura original, segundo o Ministério do Meio Ambiente – é o objetivo da capacitação que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) realiza entre segunda e sexta-feira, dias 28/05 a 1º/06 para viveiristas que atuam nesse bioma no Nordeste.

A ação é financiada com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo SFB, e vai atender produtores de mudas de Medeiros Neto (BA), João Pessoa (PB), Fernando de Noronha (PE) e Ribeirão (PE) que tiveram seus projetos selecionados pelo FNDF por meio de chamada pública.

“Vamos apresentar técnicas e conhecimentos que podem auxiliá-los a melhorar a produção de mudas, aumentar a oferta e a diversidade de espécies produzidas, diminuir custos e ter mudas com maior qualidade”, afirma o engenheiro florestal do SFB Alencar Garlet.

O curso abordará desde os requisitos legais para produção e comércio de mudas aos aspectos técnicos do trabalho, como escolha do local para implantação do viveiro, instalação e gerenciamento do viveiro, preparo de substratos, cuidados fitossanitários, parâmetros de qualidade, irrigação e adubação. Outros assuntos em pauta serão gestão do negócio e identificação de mercados.

As atividades ocorrerão dentro da Floresta Nacional (Flona) de Nísia Floresta, a cerca de 50 quilômetros de Natal (RN), que está situada no bioma Mata Atlântica. A Flona, além de contar com auditório para aulas teóricas, possui um viveiro para aulas demonstrativas e práticas. O treinamento tem o apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestor da unidade de conservação.

Depois do treinamento, que terá 40 horas de duração, cada viveiro será visitado duas vezes por técnicos da empresa contratada do SFB para esta ação, e receberá 60 horas de assistência técnica. “Queremos ver quais são as dificuldades que eles enfrentam e que processos podem ser aperfeiçoados. Vamos acompanhá-los para fornecer orientação”, diz o engenheiro.

Espera-se que a iniciativa minimize um dos principais gargalos para plantios florestais do bioma, que é a disponibilidade de mudas. “Geralmente há dificuldades em encontrar mudas em quantidade e diversidade suficientes, em especial para a restauração com fins ecológicos”, diz Garlet. Grande parte das

restaurações na Mata Atlântica está ligada a licenciamentos ambientais de grandes empresas ou empreendimentos.

Publicado: sábado, 26 de maio de 2012, 12h17.

Fundos ambientais recebem projetos para a Caatinga até o dia 27

Recursos de até R\$ 3 milhões serão usados para apoiar o manejo florestal em assentamentos, a capacitação de estudantes e extensionistas, e a assistência técnica para o uso eficiente de lenha e carvão em polos industriais

Termina no domingo (27/05) o prazo para concorrer às chamadas conjuntas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) que apoiarão atividades de uso sustentável da Caatinga no Nordeste.

Há cerca de R\$ 3 milhões disponíveis nos fundos – geridos, respectivamente, pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) – para as quatro áreas a serem atendidas com o recurso.

Os temas são assistência técnica e extensão rural em manejo florestal para agricultores familiares de assentamentos; assistência técnica para o uso eficiente de lenha e carvão em polos industriais; apoio para a formação de estudantes de cursos profissionalizantes e capacitação de agentes de assistência técnica rural.

As chamadas com as informações sobre como participar estão disponíveis no [site](#) do Serviço Florestal, assim como o formulário que deve ser encaminhado pelos proponentes. O resultado será divulgado no dia 11 de junho.

Após a seleção dos beneficiários de cada chamada, o SFB e o MMA darão início à próxima etapa, ou seja, a de escolher, por meio de licitação pública, as empresas ou entidades que prestarão os serviços em questão.

Amazônia

O FNDF também está com chamadas abertas para ações de fomento a atividades florestais sustentáveis na Amazônia, com recursos da ordem de R\$ 2 milhões. O prazo para o envio de projetos vai até 3 de junho.

As três áreas atendidas são apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do manejo florestal, capacitação de técnicos e extensionistas, e capacitação e assistência técnica para o fortalecimento de negócios florestais madeireiros ou não madeireiros.

Os projetos serão implementados na Amazônia Brasileira, prioritariamente, nas regiões de influência das concessões florestais nos estados de Rondônia, Pará e Acre, com o objetivo de desenvolver a economia florestal nessas áreas.

Publicado: sexta-feira, 25 de maio de 2012, 12h18.

Tecnologia de GPS que moderniza manejo é mostrada em curso no Serviço Florestal

Ferramenta torna manejo mais preciso e reduz custos da etapa de planejamento

O manejo florestal, que já é uma técnica de baixo impacto, pode se tornar ainda mais eficiente e sustentável com o uso de uma ferramenta desenvolvida por pesquisadores da Embrapa, o Modeflora, tema de um curso no Serviço Florestal que terminou na quinta-feira, 24.

Durante duas semanas, cerca de 30 pessoas entre servidores do SFB, alunos de pós-graduação da Universidade de Brasília e consultores conheceram como funciona o processo de planejamento florestal digital. O sistema utiliza, além de imagens de sensores remotos (radar e satélites), a tecnologia de GPS para dar mais precisão às medições feitas na floresta, por exemplo, na identificação do local exato das árvores com diâmetro comercial, definição do percurso correto dos rios e igarapés e melhor conhecimento do relevo da área.

O analista da Embrapa Daniel Papa explica que o Modeflora auxilia na fase de planejamento do manejo, e permite, por exemplo, que os pátios de estocagem sejam abertos mais próximos do local de efetiva extração e que as estradas sejam colocadas em locais com relevo favorável, sem passar desnecessariamente por cima de igarapés. “O resultado é uma redução nos custos de até 33%”, afirma.

Avanço

Para o técnico da Unidade Regional do Distrito Florestal da BR-163 Cléo Mota, o Modeflora traz a oportunidade de acompanhar mais de perto a execução das atividades florestais. “O que mais chamou minha atenção foi o avanço em termos tecnológicos para o manejo de precisão. É uma ferramenta que permite avançar muito em termos de monitoramento”, disse.

O pesquisador da Embrapa Evandro Orfanó, que liderou os estudos de desenvolvimento do Modeflora e foi um dos instrutores do curso, afirma que o instrumento guarda relação com as concessões. “O manejo de precisão ‘casa’ perfeitamente com a atividade de concessão florestal, que ocorre em florestas públicas e que privilegia a transparência sobre o que está sendo realizado”, diz.

De acordo com Daniel Papa, 100% dos planos de manejo no Acre usam a tecnologia. Em 2007, o estado aprovou uma lei estadual que possibilitou o uso do sistema de precisão no planejamento das atividades florestais e, assim, “modernizou” os atuais métodos empregados na Amazônia. Ainda segundo Papa, diversos estados já demonstraram interesse pela ferramenta. O Modeflora foi desenvolvido por pesquisadores das unidades da Embrapa Acre e Florestas. “Este é o futuro do manejo florestal”, afirma.

Publicado: sexta-feira, 25 de maio de 2012, 12h18.

Serviço Florestal capacita quilombolas e ribeirinhos em gestão de empreendimentos

Organização das comunidades em torno de associações ou cooperativas fortalecidas auxilia na obtenção dos benefícios sociais e econômicos do uso sustentável da floresta

Um dos principais polos de comunidades quilombolas no Pará, a bacia do rio Trombetas, recebe de quinta a sábado, dias 24 a 26, o curso Gestão de Empreendimentos Comunitários para o Manejo Florestal, promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e parceiros.

A capacitação é voltada a representantes de mais de 10 associações de quilombolas e de ribeirinhos, além de técnicos de órgãos municipais, estaduais e outras entidades da sociedade civil, e vai tratar dos princípios de associativismo e cooperativismo, que são as duas principais formas de organização comunitária.

Para os extrativistas, um dos maiores benefícios da união em torno de uma associação ou cooperativa diz respeito à possibilidade de obtenção de renda com os produtos da floresta, potencializada pelo trabalho coletivo. A comunidade pode se organizar melhor para desenvolver atividades de manejo ou produção, armazenamento e beneficiamento de produtos madeireiros ou não madeireiros, como óleos e castanhas, além de comercializá-los diretamente no mercado.

Gestão

Segundo a técnica do SFB Paula Castanho, o objetivo é que as comunidades fortaleçam suas entidades a partir dos conhecimentos sobre o funcionamento de associações e cooperativas. “O curso vai ajudá-los a melhorar a gestão interna de suas organizações sob vários aspectos, incluindo a gestão do território, entre outros, e a avaliar qual a melhor forma de organização para realizar o manejo e comercialização”, diz.

Paula diz que a iniciativa resultou do aprimoramento das discussões sobre o fortalecimento das organizações comunitárias. “O tema apareceu em várias

reuniões com as comunidades, idas de campo e audiências públicas. Foi demanda das próprias comunidades. A necessidade dessa iniciativa também surgiu nas discussões do conselho consultivo da Floresta Nacional (Flona) Saracá-Taquera, onde o SFB tem representação”, afirma a técnica.

As atividades ocorrerão em uma das comunidades situadas no entorno da Flona, a da Serrinha. Participarão representantes de entidades do rio Trombetas e rio Erepecuru, onde concentram-se as comunidades quilombolas, e do rio Nhamundá, onde é a maior a presença de ribeirinhos.

Participantes

As organizações convidadas do Alto Trombetas são a Associação dos Moradores da Comunidade Quilombos de Cachoeira Porteira (Amocrec), Associação Mãe Domingas, Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas (ACRQ), Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo da Área Trombetas (Acorqat) e a Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Água Fria (ACRQAF).

Do rio Erepecuru, participam a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Erepecuru (Acorqe), a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná (Arqmo) e a Cooperativa do Quilombo (CEQMO). Já do rio Nhamundá, a Associação das Comunidades das Glebas Trombetas e Sapucuá (Acomtags) e Cooperativa Agropecuária dos Produtores do Lago Sapucuá (Cooperplasa).

O curso será realizado em parceria as secretarias municipais de Educação (Semed) e de Agricultura (Semagri) locais, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Associação AIHA e ONG Kirwane.

Publicado: quinta-feira, 24 de maio de 2012, 12h19.

Serviço Florestal apoia Acre na implementação das concessões

Instrumento permite a associações, cooperativas e empresas extrair madeira de forma sustentável de florestas públicas, com conservação da biodiversidade e geração de renda

A implementação das concessões florestais nos estados ganhará reforço com a parceria entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Governo do Acre, que nesta quinta e sexta-feira, 24 e 25, participam, em Rio Branco (AC), de uma agenda de trabalho sobre o tema.

Com a intenção de ampliar o manejo para novas florestas públicas estaduais, o governo local optou por implantar o regime de concessão florestal para o abastecimento do parque industrial que está sendo implantado ao longo da BR-364.

“Será uma troca de experiência muito frutífera para ambas as partes, pois tanto o governo estadual como o federal possuem um acúmulo muito interessante sobre a gestão de florestas públicas”, afirma o gerente de Concessões Florestais do SFB, Marcelo Arguelles.

Instrumentos de cooperação

As reuniões são fruto de um acordo de cooperação assinado em abril que prevê, entre outras ações, o apoio do SFB ao Acre para a estruturação de um sistema estadual de concessões florestais. O encontro será focado nos elementos essenciais para o estado se preparar e planejar para a implantação das primeiras concessões florestais.

Ao longo do ano, haverá diversas atividades com o objetivo de gerar capacidade técnica nos órgãos estaduais acreanos, apoiar o estabelecimento de marcos legais e institucionais, entre outras iniciativas necessárias para que o primeiro processo de concessão do estado tenha início.

Segundo Arguelles, a atuação dos governos estaduais contribui para ampliar a força das concessões como fonte de matéria-prima legal no mercado. “O Acre é um estado que se caracteriza por ter políticas florestais de vanguarda e ser um celeiro de boas idéias no campo florestal. Com este acordo, poderemos apoiá-lo na implantação do processo de concessão florestal, conferindo escala à produção florestal local e garantindo o suprimento das novas plantas industriais que estão em instalação.”

O Serviço Florestal, que atua apenas em florestas públicas federais, já realizou duas concessões – no Pará e em Rondônia –, em 148 mil hectares, e está com dois editais abertos para o manejo de 200 mil hectares nas florestas nacionais Saracá-Taquera (PA) e de Jacundá (RO). Nas florestas estaduais, a competência é dos governos locais.

Gestão florestal

O acordo de cooperação com o governo estadual prevê a maior participação do Acre em iniciativas de políticas nacionais coordenadas pelo SFB, como a integração de informações sobre as florestas acrianas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e a estruturação do cadastro estadual.

Outro fruto da parceria será a disponibilização de dados da gestão florestal do estado – como número de planos de manejo, autorizações de supressão e

fiscalização – no Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), gerido pelo Serviço Florestal.

O Inventário Florestal Nacional (IFN) também está no rol de temáticas do acordo e o SFB vai apoiar sua implementação no estado, contribuindo assim para o esforço que está sendo empreendido para melhorar o conhecimento que o país tem de seu patrimônio florestal.

O acordo de cooperação, publicado no dia 19 de abril no Diário Oficial da União, é parte da articulação entre o SFB e os estados para a implantação da Lei 11.284/06, em conformidade com as diretrizes nacionais de planejamento para o setor florestal.

Publicado: quarta-feira, 23 de maio de 2012, 12h30.

Serviço Florestal instala seu Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

O Serviço Florestal Brasileiro instalou hoje, 16 de maio, seu [Serviço de Informação ao Cidadão – SIC](#) para cumprir uma das exigências da Lei nº 12.527, a chamada Lei de Acesso à Informação. Além disso, disponibilizou em uma [área no site](#) para reunir algumas informações de interesse público, como determina a Lei.

Segundo a Lei de Acesso à Informação, o SIC terá o prazo de 20 dias para responder ao solicitante, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 10 dias, desde que o órgão apresente justificativa para a prorrogação.

Publicado: quarta-feira, 16 de maio de 2012, 12h31.

Chamadas públicas 2012



Caatinga

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Nacional de

Desenvolvimento Florestal (FNDF), tornam públicas quatro chamadas para a seleção de projetos para fomentar o uso sustentável da caatinga. Cerca de R\$3 milhões serão destinados aos projetos, que podem ser enviados até 27 de maio.

Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do Manejo Comunitário e Familiar na Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 01/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas Frequentes](#)

Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do Manejo Florestal de uso múltiplo da Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 02/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

Capacitação de Técnicos e extensionistas para o fortalecimento do Manejo Florestal de uso múltiplo da Caatinga

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 03/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

Assistência técnica para a promoção do uso sustentável de recursos florestais da caatinga em polos industriais

Chamada Pública FNDF/FNMC Nº 04/2012

Data Final para o envio de projetos: 27/05/2012. Divulgação dos Resultados: 11/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

Amazônia

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), tornam públicas três chamadas para a seleção de projetos para fomentar atividades florestais sustentáveis na Amazônia. Cerca de R\$ 2 milhões serão destinados aos projetos, que podem ser enviados até 3 de junho.

Apoio à formação profissionalizante para o fortalecimento do Manejo Florestal na Amazônia

Chamada Pública FNDF Nº 05/2012

Data Final para o envio de projetos: 03/06/2012. Divulgação dos Resultados: 18/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

Capacitação de Técnicos e extensionistas para o fortalecimento do Manejo Florestal na Amazônia

Chamada Pública FNDF Nº 06/2012

Data Final para o envio de projetos: 03/06/2012. Divulgação dos Resultados: 18/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#) (atualizado em 9/5)

[Perguntas frequentes](#)

Capacitação e assistência técnica para o fortalecimento da gestão de negócios florestais na Amazônia.

Chamada Pública FNDF Nº 07/2012

Data Final para o envio de projetos: 03/06/2012. Divulgação dos Resultados: 18/06/2012.

[Edital](#)

[Formulário](#)

[Perguntas frequentes](#)

Publicado: quarta-feira, 09 de maio de 2012, 12h39.

Seleção do Chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163 - 9 a 31 de maio

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) inicia o processo de seleção do Chefe da Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163.

1. Contexto

A Unidade Regional do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, localizada em Santarém/PA, tem como objetivo apoiar o SFB no exercício de suas competências, que incluem o desenvolvimento de atividades florestais comunitárias e familiares, suporte e monitoramento do processo de concessão florestal, ações de fomento florestal, implementação do Cadastro Nacional de Florestal Públicas, e do Inventário Florestal Nacional e atuação nos processos de articulação relacionados com o uso sustentável de florestas.

2. Perfil desejável do Chefe

- Profissional com formação acadêmica de nível superior nas áreas de ciências agrárias, florestais ou afins, com experiência mínima de 5 anos de trabalho em promoção de atividades produtivas;
- experiência na coordenação de projetos com equipe multidisciplinar;
- boa articulação com empresas, sociedade civil organizada e experiência em comercialização de produtos, em especial produtos florestais;
- facilidade de interlocução com produtores rurais e instituições governamentais e não governamentais;
- boa capacidade de síntese, planejamento e redação técnica, bem como organização e processamento de informações;
- experiência no planejamento e execução orçamentária e financeira de programas, ações e projetos.

Há preferência por aqueles com conhecimento sobre administração pública e gestão de projetos no setor público, privado ou com organismos internacionais.

2.1. Atribuições

- I – Articular com os órgãos responsáveis as ações de promoção das boas práticas florestais;
- II – elaborar estudos e avaliações técnicas que subsidiem o planejamento das ações do Serviço Florestal;
- III – coordenar a execução do planejamento operacional e estratégico da UR, de forma integrada e conjunta com as Gerências Executivas do SFB;

IV – coordenar as ações da equipe da UR, de forma integrada e conjunta com as Unidades Regionais e Gerências Executivas do SFB;

V – elaborar relatórios técnicos circunstanciados das metas e dos resultados alcançados, em contribuição ao Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, e demais relatórios técnico-financeiros institucionais;

VI – coordenar, promover, planejar, gerir e executar as ações do Serviço Florestal Brasileiro na região de abrangência do Distrito Florestal Sustentável da BR-163;

VII – executar a gestão administrativa, financeira e logística do SFB;

VIII – apoiar processos de capacitação na área florestal;

IX – representar o Serviço Florestal Brasileiro na região de atuação da Unidade Regional;

X – articular-se e desenvolver as relações institucionais com órgãos e entidades na região;

XI – coordenar e organizar as reuniões, consultas e audiências públicas regionais referentes às ações do SFB.

3. Especificidades do cargo

Trata-se de cargo de livre nomeação e exoneração, vinculado ao Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, com sede em Brasília/DF. O Chefe da UR BR-163 fará jus a um DAS 101.4, observado o disposto na Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002.

4. Forma de participar

Os candidatos deverão enviar currículum vitae, com o contato de duas referências profissionais, e uma breve carta de apresentação (máximo de 2 páginas) discorrendo sobre sua experiência e interesse no cargo, até o dia 31 de maio de 2012, para o endereço eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro: gabinete@florestal.gov.br Colocar no campo assunto: “seleção para Chefe da UR BR 163”.

Apenas os candidatos selecionados serão notificados quanto a dia e hora para uma entrevista.

Publicado: quarta-feira, 09 de maio de 2012, 12h37.

Serviço Florestal seleciona projetos para fomentar economia florestal na Amazônia

Serão destinados R\$ 2 milhões para capacitação profissional de estudantes e de extensionistas em manejo florestal e para o fortalecimento da gestão de negócios florestais



O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), está selecionando projetos que promovam a capacitação em manejo florestal de estudantes de nível técnico e de extensionistas e aprimorem a gestão de negócios de pequenas empresas, cooperativas e associações comunitárias do setor florestal na Amazônia. Cerca de R\$ 2 milhões serão destinados para as iniciativas, a serem selecionadas a partir de [três chamadas públicas](#) lançadas hoje, 3 de maio.

Até o dia 3 de junho, organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos podem inscrever os projetos, que devem apresentar os beneficiários das ações, ou seja, as escolas técnicas profissionalizantes, os técnicos ou extensionistas rurais e as empresas, cooperativas ou associações a serem atendidas. Em meados de junho, serão anunciados os projetos selecionados e em julho deve ser realizada a licitação para contratar as instituições que executarão os serviços demandados nas chamadas.

Os projetos serão implementados na Amazônia Brasileira, prioritariamente, nas regiões de influência das concessões florestais nos estados de Rondônia, Pará e Acre. “Esta ação de fomento complementa a atuação do Serviço Florestal no sentido de desenvolver a economia florestal nessas áreas, por meio da oferta de assistência técnica para organizações, comunidades, cooperativas ou empresas que são empreendedores do setor, mas têm dificuldades com logística, mão-de-obra e outros aspectos do negócio”, avalia a Diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Cláudia Azevedo-Ramos.

Segundo o Gerente Executivo de Capacitação e Fomento, do SFB, João Paulo Sotero, o crescimento da produção florestal aumenta a demanda por trabalhadores qualificados. Em função disso, é necessário complementar - com conhecimentos específicos para o trabalho florestal - a formação que os técnicos recebem, normalmente voltada para o setor agropecuário.

Acesse [aqui](#) as chamadas.

Mais informações:

fndf@florestal.gov.br

(61) 2028-7263

Publicado: quinta-feira, 03 de maio de 2012, 13h04.

Fundos ambientais fomentam uso sustentável para conservar caatinga

Assentamentos, estudantes, técnicos, extensionistas rurais e empresas consumidoras de lenha são os beneficiários dos projetos, que receberão um total de R\$ 3 milhões



O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), fomentarão o uso sustentável da caatinga, por meio de projetos a serem apoiados com recursos não reembolsáveis destes fundos. As ações apoiadas serão selecionadas a partir de [quatro chamadas públicas](#) lançadas hoje, 27 de abril. Cerca de R\$ 3 milhões serão destinados aos projetos, que podem ser enviados até 27 de maio.

As chamadas englobam diversos aspectos necessários para garantir a preservação da caatinga, por meio do uso sustentável deste Bioma. Podem ser apoiadas iniciativas de assistência para o manejo florestal comunitário e familiar em assentamentos, de capacitação de estudantes de cursos de técnicos e de agentes de assistência técnica rural, e de aprimoramento da eficiência energética no uso dos recursos da caatinga no setor industrial.

Lançada um dia antes do Dia Nacional da Caatinga, celebrado em 28 de abril, esta ação de fomento integra várias frentes do MMA que tem trabalhado no Bioma, unindo conservação, uso sustentável, o combate à desertificação e às mudanças climáticas. “A lenha e o carvão obtidos na caatinga representam cerca de 30% da matriz energética do Nordeste. Esta ação conjunta de fomento é uma excelente oportunidade para trazer sustentabilidade à cadeia destes dois produtos”, avalia a Diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Cláudia Azevedo-Ramos.

Para a Diretora de Mudanças Climáticas do MMA, Karen Suassuna, a operação conjunta entre FNDF e FNMC apoiará ações no semi-árido no sentido de reduzir a vulnerabilidade e os impactos das mudanças do clima na região.

Conservação e aumento de renda

A etapa que se inicia hoje é destinada a selecionar os beneficiários das iniciativas. Organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos podem inscrever projetos indicando os assentamentos, as escolas técnicas profissionalizantes, os técnicos ou extensionistas rurais e as empresas consumidoras de lenhas a serem atendidas nas ações. Os projetos serão implementados no Nordeste brasileiro, principalmente, no Ceará, Rio Grande do Norte e em alguns polos industriais indicados nas chamadas. Em meados de junho, serão anunciados os projetos selecionados e em julho deve ser realizada a licitação para contratar as instituições que executarão os serviços demandados nas chamadas.

“Apoiando as famílias que vivem na caatinga a utilizar os recursos florestais de forma sustentável, os estudantes e técnicos que auxiliam os assentados a verem o manejo da caatinga como fonte alternativa de renda, e as empresas a usarem a lenha de forma mais eficiente, podemos, efetivamente, diminuir a pressão sobre o Bioma nas regiões beneficiadas e combater a desertificação”, explica o Diretor de Combate à Desertificação, do MMA, Francisco Campello.

Segundo o Gerente Executivo de Capacitação Fomento, do SFB, João Paulo Sotero, além de preservar a caatinga, os projetos devem resultar no aumento de renda dos assentados, que receberão capacitação, inclusive, para desenvolver planos de negócios e acessar outras fontes de crédito que financiam o manejo florestal.

[Acesse aqui](#) mais informações sobre as chamadas públicas.

Publicado: sexta-feira, 27 de abril de 2012, 13h09.

Serviço Florestal abre base avançada para a Mata Atlântica em Teixeira de Freitas (BA)

Escritório dará suporte às ações de conservação do bioma, principalmente na área de restauração florestal

As ações do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para a conservação da Mata Atlântica ganharam reforço com a abertura de uma base avançada em Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia. A portaria de criação foi publicada no dia 4 de abril no Diário Oficial da União.

O escritório situa-se em uma região que além de ter os maiores remanescentes de Mata Atlântica do país, conta com a maior diversidade de espécies arbóreas do mundo por hectare – mais de 400 –, e por isso é conhecida como Hiléia Baiana. “A base fortalece o trabalho do SFB no bioma, numa área estratégica para manutenção da cobertura florestal”, diz a analista ambiental e chefe Natália Albuquerque.

Na Mata Atlântica, o foco da atuação do SFB é a restauração florestal, por meio do apoio à coletores de sementes e viveiristas para a produção de mudas de espécies do bioma com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), gerido pelo Serviço Florestal. “A base vai atuar no acompanhamento das 10 iniciativas apoiadas pelo FNDF”, diz o gerente de Capacitação e Fomento do SFB, João Paulo Sotero.

Os coletores e viveiristas que foram selecionados nas chamadas de projetos do FNDF vão receber, a partir deste ano, capacitação e assistência técnica, por meio de entidades contratadas pelo SFB para prestar tais serviços. Os beneficiários encontram-se em Bayeux (PB), Porto Seguro (BA), Itacaré (BA), Ibicoara (BA), Medeiros Neto (BA), João Pessoa (PB), Ribeirão (PE) e Fernando de Noronha (PE).

Programa Arboretum

Ainda na área de restauração, a base avançada dará suporte para as atividades do SFB no Programa Arboretum, que reúne diversas instituições para ações de restauração, conservação e uso sustentável do bioma como fruto de um Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público Estadual da Bahia (MPE/BA) com empresas de celulose. A participação do SFB será formalizada por meio de um acordo de cooperação técnica com o MPE/BA.

A abertura do escritório também abre a possibilidade de trabalhos voltados ao plantio florestal para uso sustentável no segmento de produtos não madeireiros – óleos, cascas e sementes, por exemplo.

A base avançada estará ligada à Unidade Regional Nordeste do SFB, que funciona em Natal (RN).

MMA-SFB Núcleo Mata Atlântica - MP

Rua Sagrada Família, 154

Bairro Bela Vista

Teixeira de Freitas - BA

CEP 45997 004

Publicado: quarta-feira, 25 de abril de 2012, 13h12.

SFB participa, no Chile, de workshop sobre informações florestais

Encontro reúne países da América Latina e Caribe em encontro promovido pela UNFF e FAO

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) participa dos dias 18 a 20 de abril em Santiago (Chile) de um workshop internacional promovido pelo secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFFS) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre o Instrumento Não Vinculante Juridicamente sobre todos os Tipos de Floresta (NLBI, na sigla em inglês).

O encontro é voltado aos países da América Latina e Caribe e tem como objetivo fortalecer as capacidades de reportar à UNFF o progresso da implementação do NLBI. Para isso, a oficina vai tratar da importância do NLBI, arquitetura de monitoramento, formato e diretrizes para os relatórios nacionais e simplificação de metodologias. O SFB será representado pelo diretor de Pesquisa e Informação, Joberto Freitas, já que o evento abordará aspectos técnicos da elaboração de relatórios nacionais.

Os países que participam do NLBI encaminham periodicamente à UNFF um documento que informa sobre ações relacionadas à promoção do manejo florestal, financiamento, construção de capacidades, além de progressos obtidos na reversão da perda de cobertura florestal e fortalecimento da economia de base florestal, por exemplo.

Por meio do NLBI, a UNFF busca reforçar o compromisso político e de ação em todos os níveis para implementar a gestão efetivamente sustentável de todos os tipos de florestas, alcançar os objetivos globais para esse recurso natural, aumentar a contribuição das florestas para na erradicação da pobreza e da sustentabilidade ambiental e fornecer um quadro de ação nacional e cooperação internacional.

As negociações que levaram à adoção, no âmbito da 7ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF-7), em 2007, do NLBI, tiveram participação ativa do Brasil. O Instrumento fortalece o compromisso político para a implementação do

manejo sustentável de todos os tipos de florestas, com o respeito à soberania de cada país.

Publicado: quarta-feira, 18 de abril de 2012, 13h13.

SFB participa de encontro internacional sobre financiamento para pequenos produtores

Objetivo é promover trocas de experiências que fortaleçam fomento à atividades sustentáveis

O financiamento de atividades florestais para pequenos e médios produtores é o tema de um encontro que começa nesta terça-feira, 17, em Santiago (Chile), com o objetivo promover o intercâmbio de experiências entre países da América Latina.

A reunião contará com a presença de entidades florestais, bancos e fundos públicos de 10 nações. Pelo Brasil, participam o Serviço Florestal Brasileiro e o Banco do Brasil. O encontro é promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

“Conhecer a experiência de outros países contribui no aprimoramento de nossos instrumentos”, diz o gerente de Fomento do SFB, João Paulo Sotero, que junto com a diretora de Fomento e Inclusão do SFB, Claudia Azevedo-Ramos, estará no encontro. “O Brasil tem larga experiência no tema, muitas linhas de financiamento disponíveis, embora na área florestal ainda haja muito para avançar”, comenta a diretora.

O SFB abordará o esforço do Brasil no fomento a pequenos produtores, com foco em um recente instrumento que é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O Fundo, gerido pelo SFB, recebe recursos das concessões florestais, entre outros, e opera por meio da contratação de prestadores de serviço para atender aos projetos selecionados por meio de demandas locais.

O FNDF iniciou suas atividades em 2010 e atualmente apoia projetos de manejo florestal em assentamentos da reforma agrária na Caatinga, em reservas extrativistas na Amazônia, além de produtores de mudas e sementes para a Mata Atlântica no Nordeste, que beneficiam cerca de 300 famílias e em torno de 60 coletores e viveiristas.

O encontro de dois dias vai reunir representantes do Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Peru. Entre os organizadores do evento está o Mecanismo de Apoio à Implementação dos Programas Florestas Nacionais (Facility).

Publicado: terça-feira, 17 de abril de 2012, 13h14.

Concessões florestais são tema em encontro para investidores em SP

As concessões florestais e os recentes editais para manejo de cerca de 200 mil hectares na Amazônia nas florestas nacionais de Jacundá (RO) e Saracá-Taquera (PA) lançados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) serão alguns dos temas apresentados a executivos do setor florestal durante o encontro Timberland Investing – Latin America Summit 2012.

A reunião, que começa nesta terça-feira, 17, em São Paulo (SP), terá a participação do diretor de Concessões e Monitoramento do SFB, Marcus Vinícius Alves, que falará sobre planos e ações do governo para a gestão das florestas públicas, com ênfase nos editais de concessão para a produção legal e sustentável de madeira.

O encontro tem duração de três dias e também vai tratar do cenário econômico global e rumos dos negócios florestais do Brasil, projeções e investimento em timber, melhores práticas globais e benchmarks em investimentos florestais para avaliação de negócio, oportunidades de negócio na implantação de florestas energéticas e seu processo de gestão, entre outros.

Publicado: terça-feira, 17 de abril de 2012, 13h13.

Serviço Florestal lança editais de concessão para o manejo de 200 mil hectares na Amazônia

Candidatos encontrarão inovações que ampliam a atratividade econômica, como parcelamento da garantia contratual, preço único pelo m³ da madeira e pagamentos de acordo com período produtivo



O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou dois editais de licitação para concessão florestal que ofertam, juntos, cerca de 200 mil hectares para a produção de madeira e de produtos não madeireiros de forma legal e sustentável na Amazônia.

Um dos editais é voltado ao manejo de 112 mil hectares na [Floresta Nacional de Jacundá \(RO\)](#), lote que está dividido em uma unidade de 55 mil hectares, outra de 32,7 mil hectares e uma de 23,6 mil hectares.

O outro edital é destinado ao manejo de 86 mil hectares na [Floresta Nacional de Saracá-Taquera \(PA\)](#), na calha norte do Pará, em uma unidade de 59,4 mil hectares e outra de 26,9 mil hectares.

“Concessão é a alternativa viável para termos uma economia florestal sustentável na Amazônia. Precisamos ganhar escala e incorporar novas áreas de florestas públicas não destinadas nesse processo”, afirma o diretor-geral do SFB, Antônio Carlos Hummel. “Também precisamos discutir urgentemente a implantação de benefícios tributários para quem faz manejo florestal e ao mesmo tempo garante a conservação da biodiversidade”, completa.

Atratividade Econômica

Os candidatos vão encontrar condições econômicas e financeiras que ampliam a atratividade dos editais na fase pré e pós concorrência, como a adoção de preço único pelo metro cúbico da madeira, prestação da garantia contratual em até três fases e pagamentos adequados ao calendário produtivo.

“A ampliação da atratividade econômica das concessões vem acompanhada de mecanismos de incentivo à melhoria constante da performance dos concessionários, visando aumentar o retorno gerado à sociedade”, afirma o gerente de concessões do SFB, Marcelo Arguelles.

Preço único

Para participar, os empreendedores devem apresentar uma proposta de preço acima do valor mínimo por metro cúbico de madeira definido pelo SFB. Na concessão para a Flona de Jacundá, esse valor é de R\$ 56,94 por m³, e para a Flona Saracá-Taquera, de R\$ 53,27.

Em Jacundá, as espécies mais comuns na área a ser concedida incluem o tauari, o cumaru e o jatobá; em Saracá-Taquera, o cumaru, a massaranduba, a itaúba e a cupiúba.

Quem concorrer aos editais deve apresentar, além da proposta de preço, uma proposta técnica que tem, entre os indicadores, o número de empregos a serem gerados, o grau de processamento local do produto e o aproveitamento de resíduos florestais.

A pontuação do candidato na licitação é formada pela soma dos pontos obtidos na proposta de preço, que corresponde a 40% do total, e da proposta técnica, que equivale a 60% do total.

Os interessados devem ficar atentos às mudanças para a apresentação das propostas técnica e de preço, que agora devem ser acompanhadas de um documento que demonstre a viabilidade de cada uma. Essa inovação é resultado de uma resolução do SFB editada em dezembro do ano passado que procura qualificar as propostas.

Prazo

Cada edital é formado por anexos que trazem informações sobre as condições logísticas para escoamento da produção, volumetria por espécie encontrada na área, indicadores eliminatórios, classificatórios e bonificadores para a concessão e podem ser consultados no site do SFB. Inicialmente, o prazo para concorrer aos editais iria até 11 de junho, mas foi prorrogado em 45 dias, sendo estendido para 26 de julho.

As concessões são um instrumento surgido com a Lei 11.284/06 (Lei de Gestão de Florestas Públicas) que permite conceder áreas de floresta para pessoas jurídicas de diferentes portes com o objetivo de fomentar a produção de madeira legal e sustentável e, assim, também combater o desmatamento e a grilagem de terras.

Publicado: sexta-feira, 13 de abril de 2012, 13h59.

Concessão florestal atrai investimentos do BNDES

Contratos de longo prazo, regras bem definidas e segurança fundiária para manejo em floresta pública dão mais segurança ao financiador e ampliam chances de obter recursos. Concessionária na Flona do Jamari tem participação da BNDESPar

A perspectiva de lançamento de mais de 1 milhão de hectares para o manejo florestal em editais para concessão este ano pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e consequente assinatura de novos contratos pode ampliar a presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nesse instrumento de gestão de florestas públicas.

“É de interesse do BNDES apoiar o Serviço Florestal e as empresas brasileiras no âmbito desse mecanismo tão interessante que são as concessões”, afirmou o chefe do Departamento de Meio Ambiente do Banco, Márcio Costa, na última quarta-feira, 11, durante painel sobre financiamento na V Feira Brasil Brasil Certificado, em São Paulo (SP).

Os empreendedores que vencem uma concessão contam com a possibilidade de obter dois tipos de apoio. “Um é o apoio direto em participação acionária. Nós sabemos que o aporte de capital é muito importante para os investimentos, e isso pode ser associado à nossa segunda forma de atuação, que é o financiamento”, disse.

Há, inclusive, a possibilidade de que sejam criados novos instrumentos. “Nós vamos procurar disponibilizar os instrumentos de apoio financeiro que nós temos hoje e, na medida da evolução, tentar adaptar ou mesmo criar novos mecanismos para tornar mais adequados às demandas existentes na realidade.”

A segurança fundiária da área concedida, a existência de normas sobre o processo e a duração dos contratos entre o SFB e o concessionário, que podem ser de até 40 anos, são aspectos que favorecem o ambiente de negócios e as chances de as empresas obterem os recursos do Banco.

“O fato de o beneficiário ter ganho uma concessão e estar fazendo os investimentos nela, com regras bem estabelecidas, em contratos de longo prazo, dá mais segurança ao financiador no que se refere à análise de risco”, afirmou. “Desse ponto de vista, o risco é bem menor e, sem dúvida, favorece a análise do investimento.”

A BNDESPar, empresa de participações do BNDES, é acionária de uma empresa que tem contrato com o SFB para o manejo de 46 mil hectares na primeira floresta nacional (flona) sob concessão, a Flona do Jamari, em Rondônia. Foi o primeiro investimento em capitalização no setor florestal de manejo sustentável da BNDESPAR, que tem participação acionária em mais de 100 empresas, abertas e fechadas, de diferentes tamanhos.

Publicado: sexta-feira, 13 de abril de 2012, 13h47.

Seleção para Coordenador de Capacitação - 12 a 25 de abril de 2012

O Serviço Florestal Brasileiro abre o processo de seleção de profissional para o cargo de Coordenador de Capacitação, subordinada a Gerência Executiva de Capacitação e Fomento deste órgão.

1. Contexto

O Serviço Florestal Brasileiro tem por competência criar e gerenciar programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, conforme o Art. 55, Inciso II, da Lei 11.284/2006. A Coordenação de Capacitação está subordinada à Gerência Executiva de Capacitação e Fomento da Diretoria de Fomento e Inclusão do SFB.

2. Público Alvo

Poderão se candidatar ao cargo quaisquer profissionais brasileiros, natos ou naturalizados, que atendam aos seguintes requisitos:

- Profissional com formação acadêmica de nível superior, desejavelmente com mestrado ou doutorado em educação ou meio ambiente e afins;
- Experiência de pelo menos 5 anos na área ambiental. Desejável experiência na área florestal;
- Experiência de pelo menos 3 anos no planejamento e execução de atividades de capacitação. Desejável experiência com ensino a distância;
- Desejável experiência na coordenação de equipes e projetos com equipe multidisciplinar e atuação Interinstitucional;
- Excelente capacidade de síntese e redação técnica, bem como organização e processamento de informações para documentação e produção de resultados;
- Preferência por aqueles com conhecimento sobre administração pública e gestão de projetos no setor público, privado ou com organismos internacionais.

3. Atividades

Dentre as atividades previstas para o Coordenador de Capacitação estão incluídas:

- Contribuir para a elaboração do Programa de Capacitação em Atividades Florestais Sustentáveis do SFB;
- Implementar os Planos de Capacitação do SFB;
- Prospectar oportunidades para a promoção de capacitação em atividades florestais sustentáveis;
- Articular com outros órgãos ações de capacitação para a promoção do desenvolvimento florestal;
- Contribuir na elaboração de estudos e pareceres que subsidiem o planejamento e execução das ações da Gerência Executiva de Capacitação e Fomento e de outras ações prioritárias do Serviço Florestal;
- Elaborar relatórios técnicos circunstanciados dos resultados e metas alcançados em contribuição ao relatório anual de gestão de florestas públicas, e demais relatórios técnico-financeiros institucionais;
- Contribuir na elaboração das Chamadas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e no acompanhamento da execução dos projetos contratados que contemplem ações de capacitação.

4. Regime e local de trabalho

O candidato selecionado será nomeado para ocupar o cargo comissionado de Direção e Assessoramento Superior (DAS 101.3), para trabalho em regime de dedicação exclusiva à função, na sede do Serviço Florestal Brasileiro em Brasília/DF.

O valor bruto dos vencimentos para o cargo é de R\$ 4.042,06 (LEI Nº 11.526, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007).

5. Forma de participar e Etapas da seleção

- a) Os candidatos deverão encaminhar, **até o dia 25 de abril de 2012**, para o endereço eletrônico fomento@florestal.gov.br, os seguintes documentos:
(I) *curriculum vitae* e;
(II) texto de até duas páginas expressando a sua visão sobre a seguinte temática: o papel da capacitação na promoção do desenvolvimento florestal.
- b) Os currículos e textos serão avaliados por uma Comissão de Seleção formada por 3 servidores do SFB no período de 26 a 30 de abril.
- c) Os candidatos selecionados serão convocados para entrevista presencial ou à distância no período de 3 a 8 de maio. Apenas os candidatos selecionados para a entrevista serão notificados até 2 de maio.
- d) Os entrevistados receberão o resultado de sua entrevista até 18 de maio.
- e) A designação ao cargo será publicada no Diário Oficial da União.

Publicado: quinta-feira, 12 de abril de 2012, 14h09.

Demanda por produtos florestais traz oportunidade para ampliar manejo

Mercado interno puxa consumo de madeira nativa, mas apenas 7% das florestas são usadas para produção sustentável. Incentivos e política forte de fomento são necessárias, afirma diretor-geral do SFB

A área florestal brasileira e a tendência de aumento na demanda por madeira legalizada no mercado nacional trazem a oportunidade de ampliar o manejo florestal e a quantidade de florestas plantadas no país para a produção de bens e serviços.

A afirmação foi feita pelo diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Antônio Carlos Hummel, no primeiro dia do fórum de debates da V Feira Brasil Certificado, que começou no dia 10 de abril, em São Paulo (SP).

“O mercado interno consume cerca de 85% da madeira tropical e a estruturação de programas de compras sustentáveis por parte dos governos, além da tendência de aumento de produtos florestais para celulose e energia, são eventos que podem ser bem aproveitados para fortalecer as práticas florestais sustentáveis e a certificação florestal”, disse.

Potencial

Ao mesmo tempo em que a procura por produtos florestais caminha para um aumento, as áreas de florestas manejadas têm um amplo potencial de ampliação. “Em torno de 60% do território brasileiro é de florestas, a maioria públicas, mas só 7% estão destinadas à produção florestal sustentável. Há muita floresta e pouco uso”, afirmou. “O Brasil não pode ser eternamente um país com potencial, tem que transformar essa potencialidade em ganhos econômicos, sociais e ambientais para a população.”

Entre as florestas que poderiam servir à produção estão aquelas localizadas em terras públicas e que ainda não foram destinadas. Segundo o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, aproximadamente 70 milhões de hectares não foram designadas para nenhum uso, ou seja, podem estar sendo objeto de exploração ilegal e grilagem.

“Mas tudo isso pressupõe um forte combate à ilegalidade da madeira. Temos que sair das práticas tradicionais de comando e controle que não têm dado resultados significativos. Os processos de punição precisam ser aperfeiçoados, incluindo a pactuação e o controle social dos diversos atores que atuam na cadeia produtiva”, diz o diretor-geral do SFB.

Segundo relatório do Serviço Florestal, se 36 milhões de hectares estivessem sob manejo florestal na Amazônia, o país conseguiria atender a uma demanda estimada de 21 milhões de metros cúbicos de madeira por ano de forma sustentada, manejada e certificada. “Nós podemos fazer uma revolução se utilizarmos essas terras que já estão na governabilidade do governo”, afirmou Hummel.

Desafios

Para avançar a produção florestal, seja em terras públicas ou privadas, é necessário criar incentivos robustos. Segundo Hummel, um dos principais desafios é ter uma política de fomento que traga o setor para um patamar mais alto.

“Estamos terminando um estudo para entender quais são as estratégias necessárias para fomentar floresta no Brasil. Não podemos mais ficar em um

debate em que o setor florestal sempre sai perdendo se comparado ao setor agrícola.”

Outras necessidades do setor incluem maior acesso ao crédito, melhor infraestrutura para a produção e o combate contínuo à madeira ilegal. Os benefícios são tangíveis: madeira legal, ampliação da oferta de empregos, aumento da renda, redução de custos com comando e controle e de emissões de gases do efeito estufa.

“Já tivemos momentos mais motivadores para essas discussões e temos que ter um movimento em torno disso. A Feira Brasil Certificado pode ser um marco”, afirmou Hummel.

O Serviço Florestal também participa do fórum de debates desta quarta-feira na sessão “Estado da arte do financiamento do manejo florestal na Amazônia”, que termina às 13h, e “Madeira legal na Amazônia: entraves para o avanço da sustentabilidade do setor florestal”, com o gerente de Concessões do SFB Marcelo Arguelles, com início às 15h. A Feira é realizada no Centro de Eventos São Luís, Rua Luís Coelho, em São Paulo (SP), até quinta-feira, 12.

Publicado: quarta-feira, 11 de abril de 2012, 14h10.

Ministra inaugura laboratório florestal



A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, inaugurou na tarde desta quinta-feira (05/04), as áreas de secagem e de preservação do Laboratório de Produtos Florestais do Serviço Florestal Brasileiro SFB, ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). O prédio de dois pavimentos possui área total de 428m2, onde serão instalados equipamentos de testes, estufas de secagem de madeira, câmaras de climatização, planta para impregnação com produtos preservantes, balanças e instrumentos de medição.

"A importância dessa estrutura vai além dos campos da pesquisa e capacitação científica pois, a partir do conhecimento das madeiras aqui analisadas é que aprimoramos a chave de identificação de espécies cadastradas on line em base de informação", explica a ministra. A partir daí, o fiscal do Ibama no campo pode identificar que tipo de madeira é aquela que está sendo objeto de desmatamento e se ela está protegida na lista de espécies ameaçadas de extinção.

O outro importante ganho com a inauguração do laboratório é aumentar o conhecimento técnico e científico a respeito da biodiversidade brasileira e o aproveitamento e possíveis usos daquilo que são os recursos madeireiros no Brasil. "Com isso, conseguimos um espaço laboratorial que testa, com equipamentos e recursos de pesquisa, toda a parte de compostos da madeira seca, qual o tipo de madeira analisado e a sua efetiva durabilidade", destaca Izabella Teixeira.

Qualidade

Por fim, a ministra ressaltou a importância de conhecer a biodiversidade não só para protegê-la, mas para os usos sustentáveis daquilo que é o avanço do domínio tecnológico, buscando sempre proteger o homem e o meio ambiente. "Esse é mais um avanço naquilo que o Ministério do Meio Ambiente faz e mostra, ainda, que trabalhamos com pesquisa e conhecimento, oferecendo benefícios para aprimoramento da gestão ambiental no Brasil".

Os estudos em secagem da madeira têm impacto na indústria madeireira, uma vez que por se tratar de uma etapa crítica do processamento desse produto, as indústrias do setor madeireiro e moveleiro necessitam de informações sobre as madeiras que processam, tal como o seu comportamento na secagem e o programa de secagem adequado para que se possa garantir a qualidade do produto final, evitando-se defeitos como rachaduras e empenamentos, resultantes de uma secagem deficiente.

Fonte: Ascom/MMA

Publicado: quinta-feira, 05 de abril de 2012, 14h13.

Serviço Florestal promove aperfeiçoamento de mateiros para o manejo florestal

Conhecimento de identificadores de árvores é fundamental para garantir boa qualidade do manejo nas concessões florestais. Atividades foram realizadas na Floresta Nacional do Jamari (RO)



Profissionais que fazem identificação de árvores nas áreas de manejo da primeira concessão florestal, na Floresta Nacional do Jamari (RO), a cerca de 120 km de Porto Velho, participaram, em março, de um curso para aperfeiçoar seus conhecimentos, promovido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e pelo Jardim Botânico de Nova York (NYBG).

As atividades, que contaram com a participação de 20 mateiros, são parte de uma capacitação com o objetivo de fortalecer as concessões como modelo para o manejo florestal de qualidade na Amazônia. O diretor do Instituto de Botânica Sistemática do NYBG e especialista em identificação botânica Douglas Daly foi um dos instrutores.

Os mateiros têm um papel central na realização do inventário florestal, ou seja, o “censo” das árvores da floresta, usado no planejamento das atividades florestais. “O trabalho dessa pessoa constitui a base para a sustentabilidade da floresta”, afirma Daly.

Precisão

Para identificar as árvores, os mateiros, que em geral conhecem bem a floresta e têm o olho treinado para reconhecer as diferenças entre elas, avaliam a casca, o cheiro, a seiva e a copa, por exemplo. No curso, eles conheceram uma outra ferramenta para aumentar a confiabilidade do trabalho: as folhas.

“A forma da folha, as suas nervuras e outras características ajudam muito a diferenciar espécies, principalmente as que são parecidas umas das outras”, diz Daly. Para que os participantes verificassem melhor como analisá-las, o

especialista fotografou as folhas contra a luz e depois as projetou durante uma apresentação para o grupo.

Para Daly, capacitar os identificadores traz benefícios além de melhorar a sustentabilidade do manejo e da biodiversidade. “Também estamos preocupados em valorizar o conhecimento dos mateiros”, diz.

Próximos passos

A capacitação do grupo contará com mais três módulos temáticos, com término previsto para agosto. Ao final do curso, eles terão mais conhecimento sobre estratégias para identificação da flora, morfologia, planejamento e execução de inventário florestal, identificação de madeiras, plano de manejo e certificação florestal, além de um estágio.

As atividades realizadas em março ocorreram no viveiro municipal de Itapoã do Oeste (RO) e em uma Unidade de Manejo Florestal sob concessão na Flona do Jamari. O curso conta com a participação de especialistas do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do SFB, Universidade Federal do Acre (Ufac), Ibama, Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), Embrapa e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Além de mateiros ligados às empresas concessionárias da Flona do Jamari, o grupo de participantes contou com técnicos indicados pela ONG Rioterra e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Publicado: quinta-feira, 05 de abril de 2012, 14h12.

AVISO DE PAUTA: Inauguração de instalações do Laboratório de Produtos Florestais (LPF/SFB)

Inauguração de instalações do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do Serviço Florestal Brasileiro

Quando: quinta-feira, 05/04

Horário: 15h

Local: SCEN L4 Norte, Trecho 2, Bloco H (entrada do complexo do Ibama)

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, inaugura nesta quinta-feira, 5, às 15h, um prédio de dois pavimentos de 428m² de área total destinada a abrigar as áreas de Secagem e de Preservação do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), do Serviço Florestal Brasileiro. As pesquisas nessas áreas auxiliam no uso sustentável dos recursos florestais.

Cada um dos setores contará com três salas para pesquisadores, estagiários e sala de reuniões, além de área própria onde serão instalados equipamentos de testes inerentes a cada área específica, como estufas de secagem, câmaras de climatização, planta para impregnação com produtos preservantes, balanças e instrumentos de medição típicos de laboratório.

Os estudos em secagem da madeira têm impacto na indústria madeireira, uma vez que por se tratar de uma etapa crítica do processamento desse produto, as indústrias do setor madeireiro/moveleiro necessitam de informações sobre as madeiras que processam tais como o comportamento na secagem e o programa de secagem adequado para que se possa garantir a qualidade do produto final, evitando-se defeitos como rachaduras e empenamentos, resultantes de uma secagem deficiente.

Já as pesquisas em preservação da madeira buscam compreender a susceptibilidade da madeira ao ataque de fungos e insetos, a determinação da durabilidade natural e preservada dos produtos madeireiros e não madeireiros como o caso de bambus, entre outros.

Publicado: quarta-feira, 04 de abril de 2012, 14h15.

Gangorra recebe Prêmio Madeiras Alternativas

Concurso de design, que tem o apoio do Serviço Florestal Brasileiro, laureou peça ligada ao universo infantil. Objetivo é incentivar uso de espécies madeireiras pouco conhecidas



O araribá, o jutaí-pororoca e a muirapixuna são espécies madeireiras pouco conhecidas da Amazônia que, nas mãos dos designers Rodrigo Calixto e Guilherme Sass, ganharam as formas de uma gangorra e também o Prêmio Madeiras Alternativas do Salão Design, que tem o apoio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

No dia 28 de maio, a chefe substituta do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) do SFB, Márcia Helena Marques, entregou a distinção à dupla durante cerimônia

em Bento Gonçalves (RS). “Nosso objetivo é estimular o uso de espécies alternativas para diminuir a pressão sobre aquelas muito utilizadas pelo mercado”, diz.

Para concorrer ao Prêmio, os candidatos devem empregar madeiras que não estejam em uma lista de 33 espécies nativas listadas pelo LPF/SFB, um dos principais laboratórios de caracterização tecnológica da madeira no país. Pinus e eucalipto, que são as principais espécies usadas em florestas plantadas, também não podem ser utilizados.

Mudanças

Segundo Márcia, o uso de madeiras alternativas ajuda a trazer novidades para o mercado e diminui as chances de que aquelas muito utilizadas entrem em risco de extinção. Várias espécies que tiveram picos de uso hoje estão entre as espécies ameaçadas da flora brasileira.

A engenheira florestal diz que, embora existam mais espécies sendo comercializadas do que há 20 ou 30 anos, o potencial das madeiras brasileiras ainda é subutilizado. “Há mais madeiras no mercado, o que é um bom sinal, mas comparado com o que a floresta oferece é muito pouco”, diz.

Somente o Laboratório de Produtos Florestais do SFB já caracterizou cerca de 350 espécies madeireiras, ou seja, analisou e descreveu características referentes a cor, cheiro, dureza, resistência, trabalhabilidade e comportamento na secagem, entre outras, com o intuito de disponibilizar informações que auxiliem no uso sustentável dos recursos florestais.

O Prêmio Madeiras Alternativas surgiu em 1996 com o nome Prêmio Ibama/Movelsul de Madeiras Alternativas, realizado a cada dois anos. A partir de 2009, passou a fazer parte do concurso Salão Design realizado anualmente durante a Feira Movelsul Brasil ou durante a Casa Brasil. O concurso é promovido pelo Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves (Sindmóveis), sediado na cidade que é um dos principais pólos moveleiros do país.

Publicado: terça-feira, 03 de abril de 2012, 14h16.